

A FUNÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM ESTUDO DE CASO EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO EXTREMO OESTE DO PARANÁ

Jocilene Velasco Silva¹
Blasius Silvano Debald²

RESUMO

A finalidade da pesquisa foi analisar a função desempenhada pelos docentes na Educação Infantil, a partir do cotidiano e as atividades desenvolvidas em um Centro Municipal de Educação Infantil do extremo Oeste do Paraná. A função docente na Educação Infantil tem sua pertinência quando se analisa o discurso e a prática dos docentes, como também, a teoria e o praticado nas instituições. Para a realização da pesquisa foi necessário além de formação teórica, vivência e reflexões sobre a organização e o cotidiano da Educação Infantil. A pesquisa se desenvolveu por meio da observação direta das atividades do grupo estudado, e de entrevista com os profissionais no intuito de captar o que ocorre no grupo. A Educação Infantil no âmbito educacional obteve inúmeros avanços. Do assistencialismo ao atendimento não adequado, passou a ser amparada por lei e reconhecida como primeira etapa da Educação Básica. Nesse contexto averiguaram-se as condições que os docentes realizam suas funções no espaço educacional e o reconhecimento dos mesmos na figura de docente no exercício efetivo de suas práticas diárias. Na contemporaneidade o professor tem assumido cada vez mais responsabilidades que não são pertinentes a sua função e acabam culminando em um distanciamento entre o ideal almejado pela profissão, levando a precarização da sua função.

PALAVRAS CHAVE: Educação Infantil – Função docente – Profissionalismo

Introdução

A pesquisa parte de uma inquietude, e de um olhar crítico sobre função docente na Educação Infantil na região do extremo Oeste do Paraná. Também, apresenta reflexões sobre a função docente e sua repercussão ao longo da história. Logo, a indagação pertinente que norteou a pesquisa é: Como a função docente é desempenhada em um Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI³?

¹ Educadora e Pós Graduada em Métodos e Técnicas de Ensino pela UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E-mail: jocilenevelasco@hotmail.com

² Professor Doutorando da Faculdade União das Américas – UNIAMÉRICA/PR. E-mail: blasius@uniamerica.br

³ Centro Municipal de Educação Infantil.

Durante o período de pesquisa se fez necessário analisar a função docente na Educação Infantil e sua efetivação nas práticas cotidianas, como também, observou - se os professores em suas práticas diárias e, se os mesmos reconhecem sua contribuição para a formação de seus alunos. Nesse contexto, constatou - se as condições que os docentes realizam suas funções no espaço educacional e o reconhecimento dos mesmos na figura de docente no exercício de suas práticas diárias.

A Educação Infantil, na contemporaneidade, é compreendida como primeira etapa da Educação Básica. Têm se fortalecido no âmbito educacional e despertado olhares para a importância da atuação dos profissionais da área. As funções desempenhadas por esses profissionais equiparam-se a funções paternalistas e a interiorização dessa mentalidade tem contribuído para perda de identidade profissional dos mesmos.

A pesquisa tem sua significância, pois auxilia na compreensão da área de atuação dos futuros profissionais em Pedagogia habilitados para atuarem na Educação Infantil. Também tem sua relevância social, pois investiga a atuação docente na Educação Infantil e as mudanças sofridas ao longo da história, interferindo no seu papel e na busca entre o ideal e a realidade do trabalho docente. Tem sua importância para o curso, pois alia teoria e prática, entre o que se ensina no período de formação e o que se aplica após a formação, as influências sofridas pelo meio, a intencionalidade, os objetivos e os valores pertinentes à profissão.

Para a realização da seguinte pesquisa, utilizou-se a pesquisa de campo como referência. De acordo com Gil (2009, p. 53) o estudo de campo focaliza uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou, voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevista com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Dessa forma o estudo de campo tende a utilizar muito mais técnicas de observação do que de interrogação.

A pesquisa investigou a atuação dos docentes da Educação Infantil de um Centro Municipal de Educação Infantil do extremo Oeste do Paraná, sendo assim, se fez necessário a observação acompanhada de registros e a aplicação de um questionário para análise da função dos profissionais que atuam no CMEI. Segundo Andrade (2009, p. 133) as pesquisas de campo utilizam técnicas específicas, que

têm o objetivo de recolher e registrar de maneira ordenada, os dados sobre o assunto em estudo.

Panorama sobre a educação infantil

Ao propor um estudo sobre a docência na Educação Infantil, faz-se necessário uma abordagem sobre seus avanços no âmbito educacional. Na sociedade primitiva em situações desfavoráveis, as crianças eram cuidadas por parentes dentro da própria família. Na Idade Antiga, os cuidados eram oferecidos por mães, que não tinham nenhum tipo de preocupação com as crianças. Na Idade Média, existiam as *rodas*, construídas em muros de igrejas ou hospitais de caridade, onde as crianças deixadas eram recolhidas. Sobressai nesse período, o atendimento não adequado a menores. Ao mencionar a história da Educação Infantil no Brasil, Oliveira (2002, p. 91) menciona que o atendimento a crianças até meados do século XX não existia no Brasil, nesta época em meio às zonas rurais fazendeiros assumiam o cuidado de várias crianças, já na área urbana, as crianças abandonadas pelas mães eram recolhidos pelas rodas dos expostos que existia em algumas cidades do século VXIII.

No final do século XIX e início do século XX surgem as creches no Brasil, cujo objetivo era guardar crianças de 0 a 3 anos de idade para que suas famílias pudessem trabalhar e buscar melhorias de vida. Observa-se que nesse período o surgimento da mesma está atrelado ao desenvolvimento do capitalismo e o surgimento das indústrias em que se necessitava um grande número de mão de obra, logo o seu maior objetivo era para que as famílias pudessem trabalhar uma vez que seu filho estava sendo atendido e assim produziram mais.

A Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional, (LDB) aponta a criança como sujeito de direitos. A mesma lei cita pela primeira vez a Educação Infantil como direito das crianças de 0 a 5 anos e dever do Estado. Ou seja, todas as famílias que desejarem optar por partilhar com o Estado a Educação e o cuidado de seus filhos deverão ser contemplados com vagas no estabelecimento escolar público que ofereça a Educação Infantil, ou seja, em creches e Pré-Escolas.

Também estabelece que as instituições de Educação Infantil (creches e pré-escolas) fazem parte da Educação Básica, juntamente com o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, em vez de permanecerem ligadas às Secretarias de Assistência Social. Nessa passagem das creches para as Secretarias de Educação dos Municípios está articulada a compreensão de que as instituições de Educação Infantil têm por função educar e cuidar das crianças de 0 a 5 anos. Sendo assim, de acordo com a LDB (1996) a Educação Infantil passa a ser compreendida como a primeira etapa da Educação Básica, e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade, ou seja, o direito a Educação dessas crianças passou a ser designando por lei.

Ao fazer parte da Educação Básica, a E. I gera a necessidade de formação dos que nela atuam, e atendimento específico para a clientela. Neste contexto os profissionais que atuam nas instituições de Educação Infantil devem obter formação em curso superior ou equivalente, que contemple um currículo específico para essa etapa da educação.

A LDB (1996), ao inserir as creches e Pré-Escolas no sistema de ensino salienta que o atendimento prestado à criança, na instituição exige a articulação entre a educação da criança e os seus cuidados. Embora a Educação Infantil não se constitua como obrigatoriedade, a mesma se representa como um direito que o Estado tem por obrigação atender.

O poder público passa a ter responsabilidade em relação às crianças, especialmente na oferta de Educação, para que possa desenvolver a formação da cidadania desses indivíduos. Nota-se que a legislação avançou, considerando que a criança como ator social, alguém que é, portanto como cidadão de direitos. Todavia é importante mencionar que as políticas públicas para a infância não podem ser oferecidas em forma de auxílio aos necessitados, e sim, como sujeitos de direitos, cidadãos em desenvolvimento para que possam efetivar o exercício pleno da cidadania.

Contudo, o direito das crianças de 0 a 5 anos de idade ter o direito a Educação Básica, ainda assim, no Brasil não há garantia, pois, o número de vagas oferecidas não supre a demanda existente. Também não há um percentual que possa ser destinado para a Educação Infantil que tem como mantenedora os

municípios e ainda assim fica a mercê de entidades públicas não governamentais e de ações promovidas pela comunidade local.

Função docente: entre a teoria e o praticado na educação infantil

A formação de professores é um tema de grande discussão que vem de encontro com as necessidades da realidade atual da Educação em nosso país. Para atuação em creches e Pré-Escolas exige-se formação e qualificação profissional. O termo professor é designado para aqueles que atuam na Educação Básica, porém, no extremo Oeste do Paraná a nomenclatura dada aos profissionais que atuam na E. I é Educador Infantil, e em alguns casos a função de Atendente que decorre do período de assistencialismo permanece. Nesse momento veem-se palavras diferentes associadas à palavra professor (atendente, tia, educador). Contudo, não há o intuito de rivalizar e classificar as nomenclaturas idealizadas pelos que exercem a função de docente na E. I, uma vez que ambos são atores coadjuvantes do processo educacional.

O cargo de Educador Infantil possui algumas atribuições específicas como: planejar, organizar, executar e avaliar as atividades que permeiam o desenvolvimento das crianças, com o objetivo de contribuir para sua formação integral, promover práticas educativas de forma que contribua para o desenvolvimento físico, psíquico, afetivo e social da criança. É importante mencionar que além dessas atividades o Educador Infantil compartilha sua prática pedagógica com alguns fenômenos específicos relacionados à infância, que vai de cuidados básicos coletivos e individuais.

A pesquisa se desenvolveu por meio da observação direta das atividades do grupo estudado, e de entrevista com os profissionais no intuito de captar o que ocorre no grupo. O questionário contemplou aspectos como: desenvolvimento versus preparação para as atividades; cuidado versus educação, além dos elementos que marcam a especificidade da profissão, totalizando quatorze questões aplicadas a doze professores.

Mediante algumas indagações e observações realizadas no âmbito escolar, buscou-se averiguar com afinco a real função exercida pelos profissionais de educação atuantes na Educação Infantil. Desta forma, esta etapa da pesquisa

ofereceu dados para análises mais apuradas a este respeito. O levantamento de dados da etapa de pesquisa junto aos profissionais constatou que, esses profissionais na sua totalidade mulheres atuam no CMEI com uma carga horária de quarenta horas semanais, ou seja, há dedicação exclusiva desses profissionais para com a instituição que atuam. O nível de formação e capacitação na sua totalidade possuem graduação na área de licenciatura, e em média vinte por cento estão realizando pós-graduação para a área de formação, percebe-se que esses profissionais buscam qualificação a fim de favorecer o desenvolvimento de seu trabalho como também o desenvolvimento da criança.

O profissional da Educação precisa de um tempo fora de sala de aula denominado como hora atividade para planejar atividades a serem aplicadas a seus alunos. Apesar de a Lei do Piso (11.738/2008) prever que a jornada do magistério respeite a carga horária para o desempenho das atividades de interação com os alunos com um terço da jornada destinado a atribuições sem alunos, ou seja, um professor com uma jornada de 40 horas semanais tem direito ao mínimo de cerca de treze horas de atividades sem educandos.

O trabalho de um professor não fica só na sala de aula. O planejamento de aulas, confecção de atividades e assistência às atividades da própria escola, exige tempo adicional desses profissionais, que acabam não sendo remunerados por esse serviço. Atualmente No extremo oeste do Paraná, o Educador Infantil com 40h semanais, 4h são ou deveriam ser destinados para a hora atividade. No entanto com base na Lei Federal 11.738/2008, garante seis horas semanais, para a jornada de 20 horas dos profissionais da educação, sejam utilizadas para planejamento, especificamente para atividades sem interação com os alunos, como o planejamento de aulas, correção de atividades, pesquisa, formação continuada, reuniões pedagógicas e encontros com pais e com outros professores para planejar e organizar a sua prática a ser desenvolvida com seus alunos em sala de aula, isso deve acontecer em todos os níveis da Educação inclusive na Educação Infantil. Porém, os profissionais envolvidos na pesquisa relataram que suas atividades são planejadas em casa e em sala de aula, algo inconcebível, pois revela que não há qualidade uma vez que a casa não deve ser extensão de seu trabalho e quando se trata de crianças de 0 a 5 anos a atenção deve ser total, sendo assim, planejar atividades no momento em que as mesmas deveriam ser executadas torna a prática

displicente. Ou seja, não há uma preparação nem tampouco qualidade na elaboração e no planejamento de sua prática pedagógica.

Quando questionadas sobre atividades que consideram não ser pertinentes a sua função, as entrevistadas relataram de próprio punho que já realizaram funções torpes a sua qualificação tais como: *limpeza de sala de aula, pintura de móveis para mudança no CMEI, desembaraçar cabelos, passar pente fino, limpar banheiro, higienizar os colchões com álcool, limpar mesa do refeitório após a refeição dos alunos e etc.* Essas atividades levam a precarização do trabalho docente e revelam uma distorção sobre a função docente.

Ao serem questionadas se mudariam de profissão, a resposta foi unânime cem por cento do corpo docente entrevistado responderam que “*sim*” já pensaram em mudar de profissão. Tal análise demonstra um descontentamento com relação à função exercida. Ao exercerem funções que não são pertinentes a sua profissão faz com que os profissionais de Educação se distanciem do ideal de sua profissão.

Contudo, diante da problemática enfrentada, e das funções elencadas pelos profissionais da Educação Infantil como a falta de funcionários, a falta de autonomia ao exercerem suas funções em sala de aula e a precarização de seu trabalho, enfim, diante de todas essas mazelas, ainda assim conseguem se reconhecer como docente no exercício de suas funções quando coloca em prática aquilo que foi planejado e veem o desenvolvimento de seus alunos ao longo do ano letivo. Porém, um relato que chama bastante atenção é que só se reconhece como docente, quando é cobrada a agir como tal, mantendo em ordem seu planejamento, zelando pelos conteúdos a serem aplicados, mantendo o livro de chamada em ordem e sem rasuras, realizando avaliação diagnóstica de acompanhamento e atividades pertinentes à faixa etária.

Diante desses resultados observa-se que há um distanciamento entre a teoria e o praticado na Educação Infantil. Docentes sem amparo realizando atividades que fogem de sua função predestinada enquanto docente, e sem condições de trabalho para o exercício do mesmo. Na contemporaneidade em busca de profissionalismo, qualificação para o mundo do trabalho, uma indagação é bastante pertinente: Qual é a profissão mais importante? Com certeza cada pessoa que ler essas linhas, puxará a sardinha para seu lado e dirá que é a sua, pois cada profissão tem suas peculiaridades e especificidades que as tornam única. Diante dessa questão

(ANTUNES, 2011, p. 68) ao mencionar o Educador Infantil e toda a sua importância para a Educação, diz que, inquestionavelmente a mais importante de todas as profissões é a do Educador Infantil, porém, entretanto não tem o mesmo prestígio social que mereceria ter. Realmente, a profissão de Educador merece todo o mérito e prestígio, pois a ele compete à tarefa de ser o primeiro a ensinar enquanto especificidade do professor, ou seja, fazer aprender algo. Talvez essa seja a tarefa que distingue de todos os outros profissionais e torne a profissão única.

Durante a realização desta pesquisa foi possível observar vários olhares para a Educação Infantil e desafios enfrentados pelos Professores - prefiro assim os chamar - precisam ser superados. Assim como a criança surge como um sujeito de direitos, o profissional em contato com a mesma deve exigir condições de trabalho que o reconheça no exercício efetivo de suas funções.

Sobre a função docente: o discurso e a prática dos docentes na E.I

Na região do extremo Oeste do Paraná as “creches” receberam novas nomenclaturas, e a partir de 2007 com a inclusão na Secretaria Municipal de Educação, são chamadas de Centro Municipal de Educação Infantil, e a figura do professor é contemplada como o de Educador Infantil. Neste contexto, é importante reconhecer o profissional da Educação Infantil como tal “professor” como sujeito ativo de um saber e de um fazer, pois, aos mesmos são delegadas funções pertinentes à ação de ensinar. Com base na leitura do Currículo Básico para a Educação Infantil da Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP, 2007, p, 136) afirma que

a postura do educador na educação é a de mediação pedagógica, intervindo de forma consciente nos processos coletivos e individuais vivenciados na instituição educativa. Para tanto, nesse momento do processo de formação humana, o educador deve ser capaz de construir uma relação que transmita segurança, sendo compreensivo, valorizando conquistas e avanços, garantindo a privacidade, respeitando as opiniões, tornando-se um parceiro dessa criança na busca de novos conhecimentos, visando ao vínculo afetivo, à formação da identidade e à autonomia nas relações estabelecidas.

Partindo desse pressuposto é importante ressaltar algumas transformações da função docente que envolve o âmbito histórico, político, social, e cultural que de certa forma contribui para a compreensão da função docente na

contemporaneidade. Historicamente as transformações sociais interferem entre a realidade e o ideal que se almeja na função do professor. Nóvoa (1995, p. 97) caracteriza os professores frente às mudanças sociais dizendo que

a situação dos professores frente as mudanças sociais são comparados a grupos de atores, vestido com trajes de determinada época, a quem sem prévio aviso se muda o cenário em metade do palco, desenrolando um novo pano de fundo, no cenário anterior.

Esses atores mencionados por Nóvoa enfrentam circunstâncias adversas e severas críticas na execução de seu trabalho. Seu universo é de insegurança e de sobrevivência. Ao longo da história pouco se ouviu sobre méritos ou valorização para aqueles que exercem o magistério, porém, muitas são as críticas enfrentadas por eles ao longo de sua carreira.

Exige-se da figura do professor vários saberes que são designados à prática educativa, as mesmas exigências atreladas à função do professor faz com que o mesmo assuma cada vez mais responsabilidades que não são pertinentes a sua função e acabem culminando em um distanciamento entre o ideal almejado pela profissão. Segundo Roldão (2007, p. 94) o que caracteriza o docente relativamente ao longo do tempo, embora caracterizado de diferentes formas, é a *ação de ensinar*. Sendo assim, entende-se a real prática a ser desenvolvida pelos professores, em qualquer que seja o nível de educação. Trazendo essa ideia para o âmbito da Educação Infantil, percebe-se que durante muito tempo o trabalho foi realizado de forma imediatizada e preconizada, como um meio de estancar as lacunas do sistema.

Ao propor um debate sobre a real função do professor na Educação Infantil se faz necessário problematizar as especificidades sobre a realização do seu trabalho. Em primeiro lugar é importante ressaltar algo que é intrínseco quando se fala de educação para crianças de 0 a 5 anos que é o educar e o cuidar. A tarefa de educar se aproxima das atividades de escolarização, enquanto a tarefa de cuidar está relacionada aos conceitos de socialização e higiene pessoal. Essas atividades revelam quão complexas são as ações docentes desenvolvidas na E I.⁴ que articula conceitos pedagógicos, afetivos e sociais que se entrelaçam entre si.

⁴ Educação Infantil.

O espaço e as atividades pedagógicas assimilam - se ao contexto escolar, e não há dúvida de que ambos (cuidar e educar) realmente eduquem e ensinem. Porém, entende-se que o que sobressai sobre o trabalho executado é a função assistencialista. Uma criança que permanece em média de dez horas em um CMEI faz quatro refeições ao dia, dorme, e em algumas situações aquele que é chamado de professor tem que dar banho nessa criança, dificilmente se reconhecerá em suas funções como o tal “professor”.

Ao problematizar as ações desempenhadas na E. I favorece uma vasta discussão sobre o papel do professor no exercício efetivo de suas funções como: a formação desses profissionais, a identidade enquanto profissional, a concepção de Educação e até mesmo da própria infância. Neste sentido é totalmente questionável a função docente na EI, enquanto forma de suprir a ausência daquilo deveria ser ofertado pelos pais.

Antes de ser inserido no contexto educacional, o local onde as crianças de 0 a 5 anos eram atendidas, era compreendida como um depósito. Hoje, já regulamentada, o que norteia o seguimento educacional a ser aplicado na EI é contemplada no currículo básico para a escola pública municipal a AMOP que contextualiza em seu texto dizendo que:

o desafio da construção de uma proposta curricular para a Educação Infantil iniciou-se pela necessidade de situar o tempo da infância, o qual extrapola o período de 0 a 5 anos. Ser criança e viver a infância é direitos conquistados que precisam ser preservados no âmbito das diferentes instituições sociais: família, escola e comunidade, entre outros espaços e tempos. Neste documento, porém, fizemos um recorte no tempo de existência humana e, orientados pelos pressupostos filosóficos, legais, psicológicos e pedagógicos, delimitamos um tempo específico da vivência da infância sem, contudo, deixar de compreendê-la como tempo de vida que adentra o Ensino Fundamental (AMOP. 2007, p. 69).

Sendo assim, mais do que atender as especificidades fisiológicas, é preciso que o profissional da EI, atenda a demanda do desenvolvimento da criança em questão, para aí sim atuar de forma concreta e, ainda assim, o docente terá dificuldade de dicotomizar o cognitivo do cuidar, uma vez que, para a EI ambos estão atrelados. Dessa forma percebe - se quão difícil e desafiador aplicar a proposta curricular com os cuidados básicos para as crianças que frequentam os CMEI.

Trazendo a discussão para dentro dos Centros de Educação Infantil, observa-se que durante as práticas realizadas, os Educadores, encontram limitações em suas ações. A valorização e o reconhecimento são sempre questionáveis e a identidade profissional, que faz com que esses profissionais se encontrem dentro das suas tarefas executadas, cada vez mais se distancia, e o que se evidencia é a função de cuidador.

É preciso romper com os paradigmas existentes no cenário da Educação Infantil, é preciso que se repense nesse profissional não apenas como um cuidador, mas como o primeiro professor na vida da criança. É preciso, redefinir seu papel perante essa nova situação e valorizá-lo como tal sujeito digno de valorização e respeito.

A Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica é permeada pela ação reflexiva da prática, o ensinar a aprender, abrindo caminhos para que o futuro Educador assuma-se como sujeito inerente a produção do saber, e assim, definir sobre suas práticas nas ações cotidianas. Portanto o trabalho cotidiano em sala de aula seja ele destinado à escolarização ou aos cuidados básicos essenciais a primeira fase da infância devem oferecer subsídios para sua execução, afim de que o docente realize seu trabalho de forma adequada e satisfatória para todos.

Considerações

Durante o desenvolvimento da pesquisa confrontou-se com vários desafios, um dos quais consistiu em perceber os encaminhamentos específicos da formação do professor de Educação Infantil para a formação dos docentes para a educação básica. Assim, explicitar o reconhecimento e o tratamento dado à especificidade da docência na Educação Infantil tornou-se, em muitos momentos da pesquisa, uma tarefa desafiadora. De acordo com a pesquisa sobre a função docente na Educação Infantil, observou-se que há um distanciamento entre a função desempenhada e a função idealizada. Os profissionais atuantes necessitam de um olhar diferenciado desde o exercício efetivo de suas práticas, como também condições de trabalho pertinentes para a realização de sua função.

Diante da relação de trabalho, os profissionais se reconhecem como docente, embora não haja condições próprias para exercerem suas funções. Problematizar a

função desempenhada pelos docentes tem o intuito de criticizar além da zona de conforto e valorizar aquele que exerce um papel importante no desenvolvimento da sociedade, o Professor.

Algumas reflexões sobre o papel do Educador Infantil sobressaem durante o processo de pesquisa como: sua importância para o desenvolvimento da criança, promovendo uma Educação de qualidade, articular o currículo com as práticas pedagógicas condizentes para cada faixa etária e a adaptação de suas funções no ambiente de trabalho. Contudo a pesquisa visa contribuir na compreensão do universo profissional dos formandos em Pedagogia para futura área de atuação.

REFERÊNCIAS

AMOP. Associação dos municípios do oeste do Paraná. Departamento de Educação. **Currículo básico para a escola pública municipal**: educação infantil e ensino fundamental - anos iniciais. Cascavel: ASSOESTE, 2007.

ANDRADE, M. M de. **Introdução á metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ANTUNES, C. **Educação Infantil**: Prioridade imprescindível. 8. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **LBD – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

DEBALD, Blasius. Silvano. **Metodologia & Universidade**: Orientações – Normas – Técnicas. 4 ed. Foz do Iguaçu – PR: UNIAMÉRICA, 2012.

GIL, A. C. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

NÓVOA, Antônio. **Profissão professor**. Lisboa: Porto 1995.

OLIVEIRA, Z. M. **Educação Infantil**. Fundamentos e Métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL Subchefia para Assuntos Jurídicos Lei N. 11.738, de 16 de julho de 2008. Disponível em:< <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em: 18 out. 2012.

ROLDÃO, C, M. Função docente: Natureza e Construção do Conhecimento Profissional. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v. 12, n. 34, p. 94, jan.abr. 2007.

SIQUEIRA, P. G. HADDAD, L. **O trabalho do professor de educação infantil e as suas especificidades: dilemas e desafios da pré-escola.** Alagoas, 2009. 13 p. Tese (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Alagoas